

Comissão Permanente de Licitação - CPL

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL - MEI.

#### PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE SURUBIM**, por intermédio de sua Secretaria de Administração, através do Pregoeiro Felipe Moura Câmara, designado pela Exmª Senhora Prefeita através da Portaria nº 491/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob a forma de fornecimento integral de acordo com o quantitativo requisitado em cada ordem de fornecimento, a ser realizado presencialmente, de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 13/2017 de 07 de março de 2017, Decreto Municipal nº 14/2017 de 07 de março de 2017, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, aplicando-se subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

#### ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO ACONTECERÁ NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 11 (ONZE) HORAS, NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, LOCALIZADA NA RUA JOÃO BATISTA, Nº 80, CENTRO, SURUBIM/PE - CEP: 55.750-000, E SERÁ CONDUZIDA PELO PREGOEIRO, COM AUXÍLIO DA EQUIPE DE APOIO.

**Observação:** Entrega das propostas até às 10h55min

Início da disputa às 11h00min

Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### **DADOS PARA CONTATO**

<b>Pregoeiro</b> : Felipe Moura Câmara	E-mail:
	cpl.surubim@outlook.com
<b>Fone:</b> (81) 3634-3246	

**Endereço:** Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será usado o horário de Brasília –

DF.

**OBSERVAÇÃO:** Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, salvo disposição específica em contrário.

#### 1. DO OBJETO

- **1.1** A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços para eventual aquisição de material penso para atender as demandas do Poder Executivo do Município de Surubim, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- **1.2** Os quantitativos do objeto desta licitação estão previstos no ANEXO II (Planilha de Quantitivos e Preços Estimados), divididos da seguinte forma:
- Os Lotes I-A e II-A, apresentam **reserva de cota de 25%** (vinte e cinco por cento) para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006



Comissão Permanente de Licitação - CPL

Os Lotes I–B e II-B, correspondem a 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades do objeto, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital;

#### 2 **ENVELOPES**

- 2.1 Os envelopes contendo a PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão recebidos no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, em sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 2.2 As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

#### **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE SURUBIM

PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2017

Objeto: A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços para eventual aquisição de material penso para atender as demandas do Poder Executivo do Município de Surubim, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

[Razão social da empresa licitante]

[Endereço]

[Telefone/fax]

[E-mail]

#### **ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE SURUBIM

PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2017

Objeto: A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços para eventual aquisição de material penso para atender as demandas do Poder Executivo do Município de Surubim, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

[Razão social da empresa licitante]

[Endereco]

[Telefone/fax]



Comissão Permanente de Licitação - CPL

[E-mail

#### 3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 2.226.933,48 (dois milhões duzentos e vinte e seis mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos), assim distribuídos:

- a. Lote I A R\$ 517.777,54;
- **b.** Lote I B R\$ 1.552.129,14;
- c. Lote II A R\$ 39.346,96;
- **d.** Lote II B R\$ 117.679,84.

**3.2** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Surubim, para exercício de 2017, na classificação abaixo:

#### Elementos de despesa:

Nº 3.3.90.30.00 Material de Consumo Nº 3.3.90.32.00 Material de Distribuição Gratuita

#### Fontes:

Nº 300 – Recurso Trans. Pelo SUS Nº 310 – Impostos e Transferências Saúde

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**4.3** Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências

deste Edital, inclusive quanto à documentação, nos seguintes termos:

4.3.1 Os Lotes I-A e II-A, apresentam reserva de cota de 25% (vinte e cinco por

cento) para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e

Microempreendedor Individual (MEI), em atendimento às Leis Complementares nº

123/2006 e nº 147/2014.

4.3.2Os Lotes I-B e II-B, correspondem a 75% (setenta e cinco por cento) das

quantidades do objeto, destinados à participação dos interessados que atendam aos

requisitos deste Edital.

**4.4** Não poderão participar deste Pregão:

4.4.1 Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o

Município de Surubim, durante o prazo da sanção aplicada;

**4.4.2** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração

Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida sua reabilitação;

**4.4.3** Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim, durante o

prazo da sanção aplicada;

**4.4.4** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**4.4.5** Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9° da Lei n° 8.666/93;

**4.4.5.1** Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9° da Lei n° 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

**4.4.6** Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**4.4.7** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

**4.4.8** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**4.5** É vedada a subcontratação do objeto desta licitação relativo à cota reservada.

4.6 Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**4.7**Como condição prévia à participação do licitante neste certame, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<a href="http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/">http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/</a>)
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis ).

#### 5. DO CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - **5.1.1. Tratando-se de representante legal do licitante**, registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**5.1.2. Tratando-se de procurador**, procuração pública, ou particular <u>com firma</u> <u>reconhecida</u>, do qual constem poderes para a prática de todos os atos de representação necessários à participação no certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item acima, que comprovem os poderes do mandante para a outorga.

**5.2.**O representante legal ou o procurador da licitante deverão apresentar cópia autenticada de documento oficial de identificação que contenha foto, juntamente com o original para conferência;

**5.3.** Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado;

**5.4.**Os licitantes que não se fizerem representar ou cujos representantes não portarem documentos que os credenciem e os identifiquem não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interpor recurso ou praticar os demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante de sua proposta de preços (Envelope 01);

**5.5.** Junto com o credenciamento, o licitante deverá apresentar **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, podendo utilizar como modelo o estabelecido no **ANEXO VII** deste Edital;

**5.6.** A declaração referida no item 5.5 supra deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

**5.7.**O licitante credenciado na forma do subitem 5.1 poderá elaborar a referida declaração na própria sessão.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### 6. COMPROVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

- 6.1 A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:
  - 6.1.1 Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:
    - Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <a href="http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21;">http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21;</a>

#### **6.1.2** Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica –
   DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Cópia do contrato social e suas alterações.
- 6.2 <u>Os documentos relacionados nos subitens do 6.1 poderão ser substituídos por certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) DA Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.</u>
- 6.3 <u>A comprovação de ser ME ou EPP deverá ocorrer por ocasião da entrega dos envelopes lacrados, devendo o documento comprobatório estar fora dos mesmos.</u>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### 7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- **7.1.**A proposta de preços, com base nas especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, deverá observar as seguintes exigências:
  - **7.1.1.** A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da Licitante, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, suas folhas deverão estar rubricadas e numeradas e ser datadas e assinadas pelo próprio Licitante ou seu representante legal;
  - **7.1.2.** Conter as seguinte indicações:
    - **7.1.2.1** Razão Social e CNPJ, endereço, número telefone, fax e e-mail do Licitante;
    - 7.1.2.2 Número do Processo Licitatório e do Pregão;
    - **7.1.2.3** Marca e/ou Laboratório fabricante dos materiais pensos;
    - 7.1.2.4 Preço unitário e total por item e total por lote, em real, expressos em algarismo e por extenso. Prevalecerá, em casos de divergência entre o preço total do item e o valor aritmético do produto entre o preço unitário do item e a quantidade, o valor ofertado como preço unitário. No caso de divergência entre o valor total do lote e a soma dos valores totais dos itens, prevalecerão os valores dos itens. Havendo divergência entre o valor em algarismo e o valor por extenso, será considerado o valor por extenso.

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 - cpl.surubim@outlook.com



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**7.1.2.5** Validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de entrega dos envelopes

**7.1.3.** Deverão estar incluídos nos preços todos e quaisquer custos para a execução do futuro contrato, a exemplo do custo com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, contribuições, insumos, equipamentos e quaisquer outros encargos que incidam sobre a prestação do fornecimento a ser executado;

**7.2.**Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**7.3.**Erros de natureza formal ou material, assim considerados as falhas presentes na proposta de preços que não impeçam a caracterização da oferta apresentada pelo licitante e sua adequação ao objeto desta licitação, não ensejarão a sua desclassificação.

**7.4.** Para fins de contratação, não acarretando em desclassificação de proposta, solicita-se a juntada dos dados do responsável da empresa que assinará o futuro contrato, e dos dados bancários da Licitante.

#### 8. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**8.1.**Como condição prévia à habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<a href="http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/">http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/</a>)
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
- **8.2.** Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

#### 8.2.1 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; em caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração contratual ou consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 8.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os



Comissão Permanente de Licitação - CPL

créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante. Considerando-se o licitante com filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar, também, a CRF de Pernambuco;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal, emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST;

#### 8.2.3 Qualificação Técnica:

A Licitante deverá apresentar Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a proponente desempenhou atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

#### 8.2.4 Qualificação Econômico-Financeira

 a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- b) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (<u>processos judiciais eletrônicos</u>) da sede da pessoa jurídica.
  - b.1) Esta Certidão somente é exigível quando a certidão negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Estado da sede da licitante (subitem 'a') contiver a <u>ressalva expressa</u> de que não abrange os <u>processos judiciais eletrônicos</u>.
  - b.2) Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da pessoa jurídica.
- c) Comprovação de Capital Social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, conforme estabelecido no art. 31, § 3° da Lei nº 8.666/93.
- **8.3.**Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- **8.4.**Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações.
- **8.5.** Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- **8.6.**Os documentos/certidões que **não** apresentarem prazo de validade serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias de sua emissão, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando a licitante responsável por juntar a respectiva comprovação.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**8.7.**Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em

substituição aos documentos relacionados neste Edital.

8.8.As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual

deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito da regularidade fiscal,

mesmo que apresente alguma restrição.

8.9. Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno

porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis,

cujo momento inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado

vencedor, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização,

pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou

positivas com efeito de negativa.

**8.10** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior,

implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

Edital.

8.11 Será inabilitada a Licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos,

ou apresentá- los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições

relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos

termos da lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme descrito no

subitem 8.9.

9. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

9.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de

processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em

participar do certame.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.2. Finalizado o credenciamento não será mais admitido Licitante ao certame.

9.3. Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo para recebimento da documentação e

da proposta, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos

quaisquer adendos ou alterações na documentação e na proposta.

9.4. Após o credenciamento, os Licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno

atendimento aos requisitos de habilitação, comprovação de preenchimento dos

requisitos para os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; e, em envelopes

separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação

(ENVELOPE Nº 02).

9.5. O Pregoeiro examinará, com auxílio da equipe de apoio, a aceitabilidade inicial do

menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital,

decidindo motivadamente a respeito.

**9.4.1** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições

estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital e

seus anexos;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais

licitantes;

c) que apresentem preço manifestamente inexequível.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.6. No tocante ao preço, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da

proposta.

9.7. Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de MENOR

PREÇO POR LOTE.

**9.8.** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com

observância dos seguintes critérios:

a) Seleção das propostas com menor preço e das demais com preços até 10%

(dez por cento) superiores àquele.

b) Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços,

até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas

as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

c) No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para

definição da sequência de lances, com a participação de todos os licitantes

empatados.

9.9.0 Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a

formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e

os demais em ordem decrescente de valor.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes,

inferiores à proposta de menor preço.

9.11. No transcorrer da disputa de preços, o Pregoeiro poderá estipular valor para

redução mínima entre os lances.

9.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes

dessa etapa declinarem da formulação de lances. O Pregoeiro fará, então, a

classificação das propostas dos licitantes que efetuaram lances ou não, na ordem

crescente de valores.

9.13. A aceitabilidade final será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na

data da apresentação das propostas. Não terão sua aceitabilidade final declarada as

propostas de preços com valores superiores ao estabelecido no Anexo II (Planilha de

Quantitativos e Preços Estimados).

9.14. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas

à redução do preço.

9.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope

contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.16. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital,

o licitante será habilitado e declarado vencedor da licitação.

9.17. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a

habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará



Comissão Permanente de Licitação - CPL

com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor da licitação.

**9.18.** O licitante vencedor do certame deverá apresentar nova proposta de preços, compatível com a proposta por ele formulada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir da decisão que o declarou vencedor

**9.19.** Declarado o vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se, então, o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

**9.20.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao Licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**9.21.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

**9.22.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.23. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação

dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Durante os trabalhos de julgamento das propostas ou da habilitação, o 9.24.

Pregoeiro pode rá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas

que não possam ser sanadas de imediato.

9.25. A abertura dos envelopes de documentação e proposta será realizada em

sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes

presentes e pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio

9.26. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e

demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem

prejuízo das demais formas de publicidade.

9.27. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante

desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.28. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos

proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou,

ainda, mediante publicação em Diário Oficial do Município.

10.DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido

apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de



Comissão Permanente de Licitação - CPL

microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**10.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada

poderá apresentar, imediatamente após à convocação do Pregoeiro, uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que,

atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a

contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento

licitatório prossegue com as demais licitantes.

11.DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 Os fornecimentos serão executados de acordo com o Termo de Referência e demais

anexos, observando-se as disposições contratuais, conforme minuta anexa a este edital.

12.DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por

irregularidade, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data

fixada para a abertura da sessão pública, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do

art. 113 da Lei nº 8.666/93;

**12.2**Qualquer licitante poderá impugnar o presente Edital, devendo protocolar a petição

preferencialmente por e-mail, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada

para abertura da sessão pública.

21/106



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**12.3** A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do

processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente;

12.4 A decisão do Pregoeiro sobre o julgamento da impugnação será disponibilizada

eletronicamente, no Portal da Transparência do Município, preferencialmente até o dia

anterior à data marcada para realização do Pregão, podendo, tal comunicação, ser feita

na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro na ata.

**12.5**Não serão conhecidas impugnações apresentadas em desacordo com as regras

estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legais ou subscritos por

representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para

responder pelo proponente.

**12.6**Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias

úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o(s) e-

mail(s) informado(s) no preâmbulo deste edital.

12.70 pregoeiro disponibilizará a resposta aos pedidos de esclarecimentos por e-mail, e

os afixará no quadro de avisos da Prefeitura, até um dia útil antes da data limite para

abertura da sessão pública.

13.DA CONVOCAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DECORRENTES DO REGISTRO DE

**PREÇO** 

**13.1.** Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, onde

constarão os preços a serem praticados, os fornecedores e órgãos participantes, bem

como as demais cláusulas que caracterizam o compromisso assumido pelo Licitante vencedor que, uma vez convocado, deverá celebrar contrato para o fornecimento do(s)

objeto(s) licitado(s), nas condições definidas neste Edital e seus anexos;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**13.2.** A licitante vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação da Secretaria de Administração, para assinatura da Ata de

Registro de Preços;

13.3 A Secretaria de Administração convocará formalmente os fornecedores,

informando o local, dia e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

**13.4** A Assinatura da Ata de Registro de Preços ocorrerá na sede da Secretaria de

Administração do Município de Surubim, sito na Rua João Batista, 80 - Centro -

Surubim/PE - CEP: 55.750-000.

13.5 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a

assinatura do registro de preços ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na

proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os

participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas

mesmas condições, obsevados os artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 014/2017, ou

revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da

Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório;

13.6 Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos nesta seção, somente será

analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente

fundamentada.

14. DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do

contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

14.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.3** A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei

Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal,

quando cabível.

**14.4** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

fundamentada da autoridade competente.

15.DO PAGAMENTO

15.1.1. O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a

despesa, na forma prevista neste instrumento convocatório, se a licitante

vencedora estiver com todas as condições de habilitação válidas;

15.1.2. A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**15.1.3.** O pagamento dos materiais adquiridos será feito ao fornecedor, diretamente

pelo órgão aderente, à vista do seu efetivo fornecimento e mediante a

apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo

setor competente do promotor da compra, no prazo de até 30 (trinta) dias a

contar da data de entrega do material;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

15.1.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a mesma utilizada para o

eventual reajuste do contrato:

15.1.5. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota

Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

15.2. DO REAJUSTE

15.2.1. O valor do contrato apenas será reajustado se decorrer mais de 12

(doze) meses da data de apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA, (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou outro

índice oficial que vier a substituí-lo.

15.2.2. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro

inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de

conseguências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado,

ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando

álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso II,

alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

16.DO PRAZO, LOCAL, ENTREGA E CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO

16.1.1. Todas as informações acerca do prazo, local, entrega e condições para o

fornecimento estão dispostas no Termo de Referência – Anexo I, desse edital.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### **16.1.2.** Observar ainda que:

**16.1.2.1** O fornecimento se dará de forma integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo a entrega dos itens solicitados ocorrerem no local e horário estabelecidos na solicitação, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidades participantes do registro de preço;

**16.1.2.2** Excepcionalmente, desde que justificado pela Secretaria/órgão, poderá haver necessidade de entrega dos produtos nos feriados, sábados e domingos;

**16.1.2.3** O prazo máximo de entrega deverá ser de 10 (dez) dias consecutivos a contar da respectiva emissão da ordem de fornecimento pela CONTRATADA.

#### **16.1.2.4** O produto deverá:

- a. Atender todas as exigências contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital;
- b. Restar prazo de validade mínimo, a vencer, de 40% (quarenta por cento) do tempo total da validade do objeto no momento da entrega;
- c. Ter consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, no do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);

#### 17. DAS PENALIDADES



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- **17.1.**Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim e será, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
  - **17.1.1.** Apresentar documentação falsa;
  - **17.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - **17.1.3.** Falhar na execução do contrato;
  - **17.1.4.** Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
  - **17.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
  - **17.1.6.** Não mantiver a proposta;
  - **17.1.7.** Deixar de entregar documentação exigida no certame;
  - **17.1.8.** Cometer fraude fiscal;
  - **17.1.9.** Fizer declaração falsa.
- **17.2.** Para condutas descritas nos subitens 17.1.1, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
  - **17.2.1.** A licitante que não mantiver a proposta, recusando-se a ajustar o preço referente às cotas principal/reservada, nos termos deste edital, será penalizada com multa, no percentual de 01% a 05% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa para a cota respectiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- **17.2.2.** A licitante que não mantiver a proposta, reincidindo na recusa em ajustar os preços ofertados para a cota reservada e a cota principal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- **17.3.**O retardamento da execução previsto no subitem 17.1.2, estará configurado quando a CONTRATADA:
  - **17.3.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;
  - **17.3.2.** Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- **17.4.** Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 17.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 17.7.
- **17.5.**A falha na execução do contrato prevista no subitem 17.1.3 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 17.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA	PONTOS DA	
INFRAÇÃO	ÃO INFRAÇÃO	
1	2	



Comissão Permanente de Licitação - CPL

2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

**17.6.**O comportamento previsto no subitem 17.1.5 estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**17.7.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o
	descumprimento da obrigação
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o
	descumprimento da obrigação
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o
	descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o
4	descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o
	descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>

29/106



Comissão Permanente de Licitação - CPL

descumprimento da obrigação

#### Tabela 3

ITE M	DESCRIÇÃO	GRA U	INCIDÊNCIA
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

#### **PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e
	,		por



Comissão Permanente de Licitação - CPL

			ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

**17.8.** A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 17.1 desta cláusula.

**17.9.** As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

17.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o Devido Processo Administrativo;

**17.11.** A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

17.12. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a

diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

17.13. Caso a faculdade prevista no item 17.11 não tenha sido exercida e verificada a

insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo

remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

17.14. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos

itens 17.12 e 17.13 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida

no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

17.15. Decorrrido o prazo previsto no item 17.14, o contratante encaminhará a multa para

cobrança judicial;

17.16. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em

parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no

prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

17.17. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas,

efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento

administrativo.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**18.1.** A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze)

meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga

a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**18.2.** A licitante vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação da Secretaria de Administração, para assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato, se for o caso.

**18.3.** O preço a ser praticado deverá estar registrado na Ata de Registro de Preço e ser considerado completo, ou seja, abrangendo todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto;

**18.4.** O preço unitário para fornecimento do objeto será o de menor preço ofertado no Pregão Presencial nº /2017 e deverá ser inscrito na Ata de Registro de Preço de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas, integrando este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

**18.5.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

**18.6.** Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

**18.7.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:

**18.7.1.** Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**18.7.2.** Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**18.8.** Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**18.9.** Diante da nova sistemática adotada pelo Decreto Municipal nº 14/2017, não serão

possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

**18.10.** Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos

e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação

formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual Contratante;

18.11. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso

de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo, no

máximo, repasse do percentual determinado, no Decreto Municipal nº 14/2017;

18.12.O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente

ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da

apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo (IPCA), ou outro índice que venha a substituí-lo.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a

Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato

superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal

conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros,

mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº

8.666/93.

**19.1.1** A anulação do Pregão induz à do contrato.

19.1.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do

procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser

ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 - cpl.surubim@outlook.com



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**19.2.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a

imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a

vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**19.3.** A participação da licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos

deste Edital.

19.4.Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação,

prevalece o Edital.

19.5.Em caso de comprovação de que o fornecimento prestado difere em qualquer

aspecto do fornecimento contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem

qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má

prestação do fornecimento tem lhe causado.

**19.6.** A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as

condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

19.7. A Comissão de Licitação/Pregoeiro não se responsabilizará por informações que não

lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

19.8. As solicitações de cópia(s) de quaisquer documentos do processo deverão ser

apresentadas por escrito, diretamente à Comissão de Licitação/Pregoeiro, com

antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para a sua disponibilização digitalizada,

mediante a entrega de 01 CD ROOM ou pen drive, nos termos da lei que rege as

licitações.

19.9. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

a) Anexo I – Termo de Referência;

b) Anexo II - Planilha de Quantitivos e Preços Estimados



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- c) Anexo III Minuta do Contrato;
- d) Anexo IV Modelo de Proposta de Preço;
- e) Anexo V Declaração de Enquadramento como Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte ou de Microempreendedor Individual;
- f) Anexo VI Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- g) Anexo VII Minuta da Ata de Registro de Preços;
- **19.10.**Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e demais normas que regem a matéria.
- **19.11.** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SAD, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

#### 20. DO FORO

**20.1.**Fica eleito o foro de Surubim - PE para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Surubim, 29 de agosto de 2017.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### Felipe Moura Câmara

Pregoeiro

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

Este registro de preços tem como objeto a aquisição de material penso para atender as demandas do Poder Executivo do Município de Surubim.

Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços Corporativa com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Municipal nº 014/2017, uma vez que, com a publicação desse diploma normativo mencionado, documentos licitatórios dessa natureza passaram a integrar o rol de produtos entregues pela Secretaria de Administração.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

#### 2.1. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO

Diante das competências constitucionalmente impostas ao Município no cumprimento do dever de implementar políticas públicas voltadas à saúde, a demanda de contratação administrativa para aquisição de material penso é imprescindível ao atendimento das regras contidas na Constituição da República.

Portanto, a abertura do procedimento licitatório se justifica pela necessidade de abastecer as unidades de saúde do Município de Surubim, de sorte a atender toda a população com os serviços essenciais ora referidos.

Desta feita, a formalização deste Registro de Preços se argumenta na necessidade de suprir a demanda de material penso, obedecendo a parâmetros de qualidade e excelência, mediante fornecimento dos itens elencados no ANEXO A deste Termo de Referência.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ressalte-se que, diante da política instituída no âmbito do Município, este registro de preços proporciona e amplia o acesso das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais às compras governamentais.

Desta forma, através de aquisições centralizadas, que proporcionam a junção dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, haverá um aumento no poder de compra da Administração, possibilitando uma maior economia em escala dos produtos objeto deste certame.

#### 2.2. DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SITEMA DE REGISTRO DE PRECOS

Este registro de preços encontra respaldo nas hipóteses previstas no artigo 3º, incisos I, III e V, do Decreto Municipal nº 014/2017, pelos seguintes motivos:

I – Uma vez que corresponderá a uma Ata de Registro de Preços Corporativa, as contratações serão frequentes pelo Poder Executivo Municipal;

III – Porque é conveniente a aquisição corporativa do bem objeto deste certame, haja vista que agrupando as demandas do Poder Executivo de Surubim será possível a obtenção de um maior ganho em escala;

V — A Ata Corporativa tem como um de seus fins a padronização e uniformização do processo de aquisição da Administração Pública Municipal.

#### 3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Surubim;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do produto a ser fornecido, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

#### 4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº 014/2017;
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

#### 5. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

- 5.1. Os quantitativos estimados para este registro de preços estão especificados neste Termo de Referência e foram obtidos com base em pesquisa do histórico de consumo dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal vinculados à saúde, por meio de Ofício Circular respondido pela Secretaria de Saúde, precedente ao registro de preços corporativo objeto deste Termo de Referência;
- 5.2. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo do material penso constante deste processo, bem como a existência de dotação orçamentária, não vinculará o Contratante à sua total execução, uma vez que tais serviços serão realizados, eventualmente, conforme a demanda da Administração Pública Municipal.

#### 6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado global do registro de preços é de R\$ 2.226.933,48 (dois milhões duzentos e vinte e seis mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos) distribuídos nos itens especificados no ANEXO A deste documento e foram obtidos com base em ampla pesquisa de mercado, por meio do Sistema Banco de Preços, e por consultas realizadas através de fornecedores.

#### 7. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1. A modalidade de licitação será o Pregão Presencial e terá como critério de julgamento o Menor Preço por Lote;
  - 7.1.1. A opção pela divisão por lotes vislumbra ser mais vantajosa tanto para a Administração quanto para os licitantes, tendo em vista se tratar de itens de valor unitário muito baixo, que se fossem licitados individualmente não ofereceriam o mesmo atrativo. Outrossim, a divisão por lotes possibilita uma logística mais efetiva, o que impede que os itens sejam entregues separadamente e em momentos distintos, caso em que traria prejuízo à demandas rotineiras dos Participantes.
- 7.2. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, de acordo o ANEXO A deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

### 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Surubim, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

#### Elementos de despesa:

Nº 3.3.90.30.00 Material de Consumo Nº 3.3.90.32.00 Material de Distribuição Gratuita

#### Fontes:

Nº 300 – Recurso Trans. Pelo SUS Nº 310 – Impostos e Transferências Saúde

- 8.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato;
- 8.3. Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidades, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

#### 9. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 9.1. As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital, independente de declaração do licitante;
  - 9.1.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.
- 9.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados;
- 9.3. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e neste Termo de Referência; no entanto, tratando-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitações e Contratos;
- 9.4. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

#### 10. DA CONVOCAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇO



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 10.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, onde constarão os preços a serem praticados, os fornecedores e órgãos participantes, bem como as demais clausulas que caracterizam o compromisso assumido pelo licitante vencedor que, uma vez convocado, deverá celebrar contrato para o fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s), nas condições definidas neste Edital e seus anexos;
- 10.2. A licitante vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação da Secretaria de Administração, para assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 10.3. A Secretaria de Administração convocará formalmente os fornecedores, informando o local, dia e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços;
  - 10.3.1. A Assinatura da Ata de Registro de Preços ocorrerá na sede da Secretaria de Administração do Município de Surubim, sito na Rua João Batista, 80 Centro Surubim/PE CEP: 55.750-000.
- 10.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do registro de preços ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, obsevados os artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 014/2017, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório;
- 10.5. A Detentora da Ata terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação ou autorização de fornecimento, para assinatura do contrato, se for o caso, ou para entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 10.6. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos neste documento, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 10.7. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses.

#### 11. DA INSPEÇÃO PARA ACEITABILIDADE DO PRODUTO

- 11.1. Quando da notificação para assinatura da Ata de Registro de Preços, os produtos indicados no respectivo documento poderão, a critério do Órgão Gerenciador, serem passíveis de inspeção visando à comprovação do atendimento das características especificadas no ANEXO A do Termo de Referência;
- 11.2. A inspeção dos produtos, se necessária, será requisitada pelo Órgão Gerenciador antes da efetiva assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo a Empresa vencedora apresentar os produtos solicitados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para inspeção;
- 11.3. O Órgão Gerenciador deverá, mediante parecer fundamentado, opinar pela aceitação ou não do produto, momento em que, se aceito, será autorizada a assinatura da Ata pelo Fornecedor;

#### 12. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTOS



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 12.1. A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva emissão;
- 12.2. A Empresa Contratada deverá providenciar a entrega dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidades participantes deste registro de preço;
- 12.3. O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:
- 12.3.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações requisitadas;
- 12.3.2. **Definitivamente**, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;
- 12.4. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 12.5. Quando as características básicas e/ou qualidade do produto não corresponderem às exigências contratadas, a remessa poderá ser devolvida, a critério do setor de competente do órgão Contratante, e mediante parecer técnico fundamentado, sendo a Empresa Contratada notificada para substituição, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem qualquer ônus para o Contratante, independentemente da aplicação das penalidades;
- 12.6. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:
  - 12.6.1. Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
  - 12.6.2. Restar prazo de validade mínimo, a vencer, de 40% (quarenta por cento) do tempo total da validade do objeto no momento da entrega;
  - 12.6.3. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.).
- 12.7. Fica assegurado aos órgãos participantes do Registro de Preços o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a Contratante;
- 12.8. Será considerada recusa formal a não substituição do material, após 01 (um) dia útil da sua rejeição ou devolução;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 12.9. Serão recusados os materiais pensos que não satisfaçam às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados;
- 12.10. O fornecedor se compromete a repor o objeto que apresentar vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços;
- 12.11. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 12.12. Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e Termo de Referência;
- 12.13. A Contratada deverá fornecer os itens, pelos preços registrados na Ata de Registro de Preços, durante o prazo de sua vigência;
- 12.14. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo do material penso entregue.

#### 13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante e, também, pela Secretaria de Administração, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- 13.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- 13.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão Contratante;
- 13.4. A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria de Administração, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 14.1. À Secretaria de Administração, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:
  - 14.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
  - 14.1.2. Providenciar a publicação inicial e trimestral do extrato da Ata de Registro de Preços;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 14.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
- 14.1.4. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- 14.1.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preço;
- 14.1.6. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preço.

#### 15. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

- 15.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste registro de preços, obrigando-se, ainda, a:
  - 15.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;
  - 15.1.2. Comunicar à detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
  - 15.1.3. Atestar a qualidade e quantidade do material fornecido pela empresa Detentora da Ata, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações e marcas registradas em Ata e com as quantidades solicitadas na autorização de fornecimento;
  - 15.1.4. Competirá ao servidor designado pelo órgão aderente acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
  - 15.1.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

#### 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

- 16.1. Além das obrigações previstas em lei e nas normas aplicáveis, devem também ser respeitadas:
  - 16.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;
  - 16.1.2. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;
  - 16.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 16.1.4. Indicar a marca do produto a ser fornecido e cumprir as obrigações de fornecimento da mesma marca, ou de marca de qualidade superior, a critério e análise da Administração, por todo o período da vigência da Ata;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 16.1.5. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 16.1.6. Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora com a Contratante. Se a Contratada for efetivar a entrega através de transportadora, deverá intermediar a exigência entre a empresa terceirizada e a Contratante;
- 16.1.7. Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste documento de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do Inmetro, nome do químico responsável, nº de telefone para atendimento ao consumidor, informações sobre aplicação, uso, composição, alertas, atendimento a normas da ABNT etc.);
- 16.1.8. Entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste registro de preços e nos termos das contratações levadas a efeito, dentro do prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da autorização de fornecimento;
- 16.1.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto da Ata;
- 16.1.10. Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 16.1.11. O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas no Termo de Referência e no Edital da licitação e, à Contratada que deixar de entregar os bens ou entregá-los fora das especificações, deverão ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, além de arcar com todo o ônus proveniente do envio e devolução do objeto;
- 16.1.12. Repor, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;
- 16.1.13. Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, o fornecimento que não atender ao especificado, procedendo à substituição de toda ou parte da remessa que tenha sofrido qualquer alteração, detectada em até 05 (cinco) dias da entrega, por proximidade a produtos químicos, insetos ou qualquer outro elemento estranho que venha a prejudicar o conteúdo da embalagem;
- 16.1.14. Emitir relatórios gerenciais à Secretaria de Administração, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preço, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério da SAD;
- 16.1.15. O relatório gerencial deverá está acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato ".XLS" contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 16.1.16. Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preço, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à Contratada;
- 16.1.17. Manter funcionário responsável com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;
- 16.1.18. Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;
- 16.1.19. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições do Termo de Referência.

#### 17. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento dos materiais adquiridos será feito ao fornecedor, diretamente pelo órgão aderente, à vista do seu efetivo fornecimento e mediante a apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente do promotor da compra, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de entrega do material;
- 17.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a mesma utilizada para o eventual reajuste do contrato.
- 17.3. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;
- 17.4. O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida;
- 17.5. O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

#### 18. DAS PENALIDADES

- 18.1. Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
  - 18.1.1. Apresentar documentação falsa;
  - 18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 18.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 18.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 18.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.6. Não mantiver a proposta;
- 18.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 18.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 18.1.9. Fizer declaração falsa.
- 18.2. Para condutas descritas nos subitens 18.1.1, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7; 18.1.8 e 18.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 18.3. O retardamento da execução previsto no subitem 18.1.2, estará configurado quando a Contratada:
  - 18.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
  - 18.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 18.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 18.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 18.7.
- 18.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 18.1.3 estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 18.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**TABELA 01** 

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

18.6. O comportamento previsto no subitem 18.1.5 estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

# Pre

# Prefeitura Municipal de Surubim

### Comissão Permanente de Licitação - CPL

18.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

#### **TABELA 02**

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.

#### **TABELA 03**

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

7	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou	1	Por item e por
,	materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	ocorrência

#### **PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 18.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 18.1 desta cláusula.
- 18.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 18.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o Devido Processo Administrativo;
- 18.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;
- 18.12. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 18.13. Caso a faculdade prevista no item 18.11 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;
- 18.14. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 18.12 e 18.13 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;
- 18.15. Decorrido o prazo previsto no item 18.14, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;
- 18.16. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;
- 18.17. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

#### 19. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da Contratada, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos termos do artigo 20 do Decreto Municipal nº 14/2017, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 20. DA SUCESSÃO

20.1. O presente Registro de Preço obriga as partes Contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

#### 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão para Registros de Preços nº\_\_\_\_\_\_ e nos termos da Legislação pertinente;
- 21.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

#### 22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Surubim para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Surubim, 28 de agosto de 2017.

#### Giordanne de Souza Barbosa

Diretor de Compras

#### **ANEXO II**

#### PLANILHA DESCRITIVA DOS ITENS E PREÇOS REFERENCIAIS

- Os Lotes I-A e II-A, apresentam **reserva de cota de 25**% (vinte e cinco por cento) para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006
- Os Lotes I–B e II-B, **correspondem a 75**% (setenta e cinco por cento) das quantidades do objeto, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital;

#### LOTE I – A

LOTE 1 -A	Item	Unidade	Qtd	Média Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ATADURA DE CREPOM 10 CMX4, 5M- 13 FIOS PACOTE COM 12 UNIDADES	PACOTE	210	13,33	R\$ 2.799,30
2	ATADURA DE CREPOM 20CMX4,5M- 13 FIOS PACOTE COM 12 UNIDADES	PACOTE	210	10,95	R\$ 2.299,50

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – cpl.surubim@outlook.com

51/106



Comissão Permanente de Licitação - CPL

1	1	1 1		İ	Ī
3	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 1 UNIDADE DE 500G CADA	PACOTE	2.500	10,73	R\$ 26.825,00
4	KIT PARA PAPANICOLAU, COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO P	UNIDADE	1.500	2,99	R\$ 4.485,00
5	KIT PARA PAPANICOLAU, COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO M	UNIDADE	2.500	2,94	R\$ 7.350,00
6	KIT PARA PAPANICOLAU, COM ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO G	UNIDADE	750	4,58	R\$ 3.435,00
7	COLETOR DE URINA C/SIST. FECHADO CAPACIDADE 2.000ML	UNIDADE	225	3,66	R\$ 823,50
8	CAIXA P/ PERFURO CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 7L	UNIDADE	200	6,07	R\$ 1.214,00
9	CAIXA P/ PERFURO CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 13L	UNIDADE	500	4,62	R\$ 2.310,00
10	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10 CMX4, 5M	UNIDADE	1.000	7,55	R\$ 7.550,00
11	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	1.250	18,13	R\$ 22.662,50
12	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	1.750	18,13	R\$ 31.727,50
13	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	1.500	18,12	R\$ 27.180,00
14	PINCETA DE PLASTICO NA COR MARROM 250ML	UNIDADE	75	4,63	R\$ 347,25
15	PINCETA DE PLASTICO NA COR TRANSPARENTE 250ML	UNIDADE	75	4,56	R\$ 342,00
16	PEROXIDO DE HIDROGENIO SOLUÇAO A 3% FRASCO COM 1.000 ML	FRASCO	175	6,74	R\$ 1.179,50
17	PINÇA CHERON	UNIDADE	2.000	1,89	R\$ 3.780,00
18	SERINGA DESC. 5ML COM AGULHA 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	150	25,63	R\$ 3.844,50
19	SERINGA DESC. 10ML COM AGULHA 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	200	28,30	R\$ 5.660,00

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 - <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

20	SERINGA DESC. 20ML COM AGULHA 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	225	42,12	R\$ 9.477,00
21	SONDA DE FOLEY N04	UNIDADE	50	3,00	R\$ 150,00
22	SONDA DE FOLEY N06	UNIDADE	50	3,90	R\$ 195,00
23	SONDA DE FOLEY N08	UNIDADE	50	3,26	R\$ 163,00
24	SONDA DE FOLEY N10	UNIDADE	50	4,05	R\$ 202,50
25	SONDA DE FOLEY N12	UNIDADE	375	3,88	R\$ 1.455,00
26	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO(VELCRO)ESTETOSCOPIO	UNIDADE	75	70,27	R\$ 5.270,25
27	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL(VELCRO)ESTETOSCOPIO	UNIDADE	25	74,37	R\$ 1.859,25
28	LAMINA FOSCA PARA MISCROSCOPIA	UNIDADE	2.500	0,12	R\$ 300,00
29	TUBOS DE ENSAIO C/TAMPA13X100 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	18	1,33	R\$ 23,94
30	SERINGA SEM AGULHA 3ML CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	250	19,31	R\$ 4.827,50
31	OCULOS PARA PROTEÇÃO DE AGENTES DE COMPATES AS ENDEMIAS	UNIDADE	25	5,00	R\$ 125,00
32	COMPRESA DE GASES CIRURGICAS NÃO EXTERIO CAMPO OPERATORIO 45X50 PACOTES COM 50 UNIDADES	PACOTE	150	77,08	R\$ 11.562,00
33	CATETE INTRAVENOSO NUMERO 20 EXTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	3.000	1,00	R\$ 3.000,00
34	CATETE INTRAVENOSO NUMERO 24 EXTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	5.000	1,34	R\$ 6.700,00
35	ESCALPE TAM 19 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	75	22,74	R\$ 1.705,50
36	ESCALPE TAM 23 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	75	31,39	R\$ 2.354,25
37	ESCALPE TAM 22 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	75	21,00	R\$ 1.575,00
38	COLETOR DE URINA C/SIST ABERTO CAPACIDADE 2000ML	UNIDADE	150	3,63	R\$ 544,50
39	EQUIPO MACRO COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	17.500	3,01	R\$ 52.675,00

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	FOLUDO MICRO COM IN IETOD	l I		İ	DĆ
40	EQUIPO MICRO COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	375	1,98	R\$ 742,50
41	COLAR CERVICAL TAM PP	UNIDADE	25	22,23	R\$ 555,75
42	ELETROS PACOTE C/ 30 UNIDADES	PACOTE	50	26,26	R\$ 1.313,00
43	FILME PARA RAIO X 24X30 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	38	196,61	R\$ 7.471,18
44	FILME PARA RAIO X 35X35 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	38	340,54	R\$ 12.940,52
45	FILME PARA RAIO X 35X43 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	38	407,73	R\$ 15.493,74
46	FRALDA GERIATRICA TAM G PACOTE COM NO MINIMO 8 FRALDAS	UNIDADE	125	14,51	R\$ 1.813,75
47	MALHA TUBULAR 15CMX 15M	UNIDADE	50	11,08	R\$ 554,00
48	KIT MASCARA D VENTURE INFANTIL	UNIDADE	25	31,13	R\$ 778,25
49	PAPEL GRAU CIRURGICO I BOBINA TAM 200X50M	UNIDADE	40	137,15	R\$ 5.486,00
50	PAPEL GRAU CIRURGICO I BOBINA TAM 300X100M	UNIDADE	50	172,03	R\$ 8.601,50
51	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NUMERO 8	UNIDADE	2.000	0,65	R\$ 1.300,00
52	SONDA NASO CURTA NUMERO 08	UNIDADE	25	0,79	R\$ 19,75
53	SONDA NASO CURTA NUMERO 12	UNIDADE	25	0,62	R\$ 15,50
54	SONDA NASO CURTA NUMERO 14	UNIDADE	25	1,06	R\$ 26,50
55	SONDA NASO LONGA NUMERO 18	UNIDADE	25	1,60	R\$ 40,00
56	SONDA URETRAL NUMERO 6	UNIDADE	375	0,53	R\$ 198,75
57	SONDA URETRAL NUMERO 10	UNIDADE	1.750	0,53	R\$ 927,50
58	SONDA URETRAL NUMERO 14	UNIDADE	375	0,64	R\$ 240,00
59	SONDA URETRAL NUMERO 16	UNIDADE	25	0,99	R\$ 24,75
60	SONDA FOLLEY NUMERO 14 3VIAS C/10 UNIDADES	UNIDADE	75	2,74	R\$ 205,50
61	SONDA FOLLEY NUMERO 20 3VIAS C/10 UNIDADES	UNIDADE	75	2,60	R\$ 195,00
62	TUBO ENDOTRAQUEAL NUMERO 35 COM BALÃO	UNIDADE	20	4,37	R\$ 87,40
63	TOUCA DE SANFONADO COM ELÁSTICO PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	75	11,89	R\$ 891,75

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

ı	i	1 1		ı	
64	TIRAS REAGENTES PARA ANALISE DE URINA CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	1.750	0,92	R\$ 1.610,00
65	BOLSA DE COLOSTOMIA C/ PLACA DE CARAIA	UNIDADE	30	16,48	R\$ 494,40
66	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UNIDADE	250	1,81	R\$ 452,50
67	RESSUSITADOR MANUAL TIPO AMBO BORRACHA I INFANTIL	UNIDADE	5	218,37	R\$ 1.091,85
68	RESSUSITADOR MANUAL TIPO AMBO BORRACHA I ADULTO	UNIDADE	5	219,06	R\$ 1.095,30
69	ATADURA GESADA RAPIDA TAM 20X3M	UNIDADE	500	2,82	R\$ 1.410,00
70	ALGODÃO ORTOPETICO NÃO ESTERIO	UNIDADE	100	11,28	R\$ 1.128,00
71	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	75	5,01	R\$ 375,75
72	ATADURA CREPOM 15CX4,5M 13 FIOS PACOTE CONTENDO 12 UNIDADES	PACOTE	313	8,76	R\$ 2.741,88
73	ALCOOL ETILICO A70% FRASCO 1000ML	FRASCO	750	6,06	R\$ 4.545,00
74	COMPRESSA DE GASE CIRURGICA 7.5X7.5 ESTERIO 11 FIOS PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	200.000	0,49	R\$ 98.000,00
75	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% FRASCO 1000ML	FRASCO	125	11,75	R\$ 1.468,75
76	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY FRASCO COM NO MINIMO 100ML	FRASCO	125	7,02	R\$ 877,50
77	GEL PARA MEIO DE CONTATO PARA TRANSMISSAO ULTRA SONICA FRASCO CONTENDO 1KG	FRASCO	175	6,46	R\$ 1.130,50
78	LAMINA PARA BISTURI №20. №23 OU №24	UNIDADE	2.375	0,28	R\$ 665,00
79	LUVA ESTERIO TAM 8,5	UNIDADE	250	1,51	R\$ 377,50
80	LUV A ESTERIO TAM 7,5	UNIDADE	1.250	1,30	R\$ 1.625,00
81	MÁSCARA PARA NEBOLIZAÇÃO INFANTIL CONJ NEBOLIZAÇÃO COMPOSTA POR MÁSCARA FACIAL TRAQUEA COM 1.50M COM PAREDE INTERNA LISA RERSEVATORIO COM CAPACIDADE 50 ML	UNIDADE	18	15,93	R\$ 286,74



Comissão Permanente de Licitação - CPL

82	MASCARA PARA NEBOLIZÇÃO ADULTO CONJ NEBOLIZAÇÃO COMPOSTA POR MÁSCARA FACIAL TRAQUEA COM 1.50M COM PAREDE INTERNA LISA RERSEVATÓRIO COM CAPACIDADE 50 ML	UNIDADE	18	17,97	R\$ 323,46
83	MÁSCARA DES DE TNT COM ELASTICO PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	63	12,72	R\$ 801,36
84	MASCARA DE PROTEÇAO N95 MODELO PFF2	UNIDADE	50	2,57	R\$ 128,50
85	SERINGA DES 3ML COM AGULHA 25X5.5 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	38	16,98	R\$ 645,24
86	SONDA FOLLEY N14	UNIDADE	125	2,99	R\$ 373,75
87	SONDA FOLLEY N16	UNIDADE	125	2,80	R\$ 350,00
88	SONDA FOLLEY N18	UNIDADE	125	2,74	R\$ 342,50
89	SONDA FOLLEY N20	UNIDADE	50	3,16	R\$ 158,00
90	SONDA FOLLEY N22	UNIDADE	50	3,03	R\$ 151,50
91	TERMÔMETRO CLINICO PRISMATICO COM ESTOJO	UNIDADE	50	7,48	R\$ 374,00
92	ESPARADRAPO MICROPOLIO 10CMX4.5M	UNIDADE	3.000	6,26	R\$ 18.780,00
93	KIT DE ESCOVAÇAO COMPOSTO ESCOVA INFANTIL E CREME DENTAL 25MG	UNIDADE	2.500	7,33	R\$ 18.325,00
94	POTES UNIVERSAIS CEM PALETAS PACOTE C/ 100	PACOTE	13	81,00	R\$ 1.053,00
95	MASCARA DE PORTEÇAO PFF EN95	UNIDADE	63	3,50	R\$ 220,50
96	AGULHA 25X8 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	38	8,17	R\$ 310,46
97	AGULHA 25.8 TIPO ROSQUEADA CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	38	11,21	R\$ 425,98
98	ALGODAO HIDROFILO PACOTE COM 1KG	PACOTE	25	17,51	R\$ 437,75
99	CATETER INTRAVENOSO N14 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	250	0,80	R\$ 200,00
100	CATETER INTRAVENOSO N16 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	250	0,79	R\$ 197,50

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

101	CATETER INTRAVENOSO N18 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	7.500	0,99	R\$ 7.425,00
102	CATETER INTRAVENOSO N22 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	5.000	1,29	R\$ 6.450,00
103	TUBO DE LATEX NÃO ESTERIO PARA OXIGENIO EMBALAGEM COM 15METROS	UNIDADE	18	64,34	R\$ 1.158,12
104	ATADURA GESADA RAPIDA TAM 15.3M	UNIDADE	375	2,52	R\$ 945,00
105	FIO DE SUTURA CAT GUT SIMPLES I TAM 0	UNIDADE	500	3,88	R\$ 1.940,00
106	FIO DE SUTURA CAT GUT SIMPLES I TAM 2.0	UNIDADE	500	3,40	R\$ 1.700,00
107	SERINGA DES 1ML INSULINA C/ AGULHA 13X4.5	UNIDADE	42.500	0,19	R\$ 8.075,00
108	MALHA TUBULAR 20CMX20M	UNIDADE	38	16,15	R\$ 613,70
109	SONDA FOLLEY N8 TRES VIAS	UNIDADE	750	4,39	R\$ 3.292,50
110	SONDA FOLLEY N12 TRES VIAS	UNIDADE	750	4,39	R\$ 3.292,50
111	TIRAS REAGENTES PARA URINALISE PARA FORNECER TESTES DE CLIGOSE BILIRUBINA, CETONA( DE ACIDO ACETOACETICO) ESPECIFICAS GRAVIDADE. SANGUE OCULTO PH PROTEINA UROBILINOGENIO NITRITO LEUCOCITOS E ACIDO ASCORBICO NA URINA CAIXA COM 100 UNIDADES)	UNIDADE	18	0,54	R\$ 9,72

### LOTE I – B

LOTE 1 -B	Item	Unidade	Qtd	Média Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ATADURA DE CREPOM 10 CMX4, 5M- 13 FIOS PACOTE COM 12 UNIDADES	PACOTE	630	13,33	R\$ 8.397,90
2	ATADURA DE CREPOM 20CMX4,5M- 13 FIOS PACOTE COM 12 UNIDADES	PACOTE	630	10,95	R\$ 6.898,50
3	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 1 UNIDADE DE 500G CADA	PACOTE	7.500	10,73	R\$ 80.475,00

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	KIT PARA PAPANICOLAU, COM	1 1	4.500		
4	ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES,	UNIDADE	4.500		R\$ 13.455,00
	LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO P	ONIDADE		2,99	13.433,00
	KIT PARA PAPANICOLAU, COM				
5	ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES,	UNIDADE	7.500		R\$ 22.050,00
	LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL TAMANHO M	7.000	7.000	2,94	,
	KIT PARA PAPANICOLAU, COM				
6	ESCOVA, ESPÁTULA DE AYRES, LÂMINA FOSCA E LUVA DESCARTÁVEL	UNIDADE	2.250	4.50	R\$ 10.305,00
	TAMANHO G			4,58	
7	COLETOR DE URINA C/SIST. FECHADO	UNIDADE	675		R\$
	CAPACIDADE 2.000ML CAIXA P/ PERFURO CORTANTE COM			3,66	2.470,50 R\$
8	CAPACIDADE PARA 7L	UNIDADE	600	6,07	3.642,00
9	CAIXA P/ PERFURO CORTANTE COM	UNIDADE	1.500	·	R\$
	CAPACIDADE PARA 13L	011107102	1.500	4,62	6.930,00
10	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10 CMX4, 5M	UNIDADE	3.000	7,55	R\$ 22.650,00
11	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P	CAIXA	3.750	18,13	R\$ 67.987,50
	CAIXA COM 100 UNIDADES  LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M	_			
12	CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	5.250	18,13	R\$ 95.182,50
13	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G	CAIXA	4.500	18,12	R\$ 81.540,00
	CAIXA COM 100 UNIDADES PINCETA DE PLASTICO NA COR				R\$
14	MARROM 250ML	UNIDADE	225	4,63	1.041,75
15	PINCETA DE PLASTICO NA COR TRANSPARENTE 250ML	UNIDADE	225	4.50	R\$
	PEROXIDO DE HIDROGENIO SOLUÇAO			4,56	1.026,00 R\$
16	A 3% FRASCO COM 1.000 ML	FRASCO	525	6,74	3.538,50
17	PINÇA CHERON	UNIDADE	6.000	1.00	R\$ 11.340,00
	SERINGA DESC. 5ML COM AGULHA			1,89	,
18	25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	450	25,63	R\$ 11.533,50
19	SERINGA DESC. 10ML COM AGULHA	CAIXA	600	28,30	R\$ 16.980,00
	25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	0, 11,0,1		20,00	10.300,00
20	SERINGA DESC. 20ML COM AGULHA 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	675	42,12	R\$ 28.431,00
21	SONDA DE FOLEY N04	UNIDADE	150		R\$
21	SONDA DE TOLET NOT	ONIDADL	150	3,00	450,00
22	SONDA DE FOLEY N06	UNIDADE	150	3,90	R\$ 585,00
23	SONDA DE FOLEY N08	UNIDADE	150		R\$
23	SONDA DE FOLET 1900	DINIDADE	150	3,26	489,00
24	SONDA DE FOLEY N10	UNIDADE	150	4,05	R\$ 607,50
25	SONDA DE FOLEY N12	UNIDADE	1.125	1,00	R\$

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

				3,88	4.365,00
26	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO(VELCRO)ESTETOSCOPIO	UNIDADE	225	70,27	R\$ 15.810,75
27	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL(VELCRO)ESTETOSCOPIO	UNIDADE	75	74,37	R\$ 5.577,75
28	LAMINA FOSCA PARA MISCROSCOPIA	UNIDADE	7.500	0,12	R\$ 900,00
29	TUBOS DE ENSAIO C/TAMPA13X100 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	53	1,33	R\$ 70,49
30	SERINGA SEM AGULHA 3ML CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	750	19,31	R\$ 14.482,50
31	OCULOS PARA PROTEÇÃO DE AGENTES DE COMPATES AS ENDEMIAS	UNIDADE	75	5,00	R\$ 375,00
32	COMPRESA DE GASES CIRURGICAS NÃO EXTERIO CAMPO OPERATORIO 45X50 PACOTES COM 50 UNIDADES	PACOTE	450	77,08	R\$ 34.686,00
33	CATETE INTRAVENOSO NUMERO 20 EXTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	9.000	1,00	R\$ 9.000,00
34	CATETE INTRAVENOSO NUMERO 24 EXTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	15.000	1,34	R\$ 20.100,00
35	ESCALPE TAM 19 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	225	22,74	R\$ 5.116,50
36	ESCALPE TAM 23 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	225	31,39	R\$ 7.062,75
37	ESCALPE TAM 22 CAIXAS C/100 UNIDADES	CAIXA	225	21,00	R\$ 4.725,00
38	COLETOR DE URINA C/SIST ABERTO CAPACIDADE 2000ML	UNIDADE	450	3,63	R\$ 1.633,50
39	EQUIPO MACRO COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	52.500	3,01	R\$ 158.025,00
40	EQUIPO MICRO COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	1.125	1,98	R\$ 2.227,50
41	COLAR CERVICAL TAM PP	UNIDADE	75	22,23	R\$ 1.667,25
42	ELETROS PACOTE C/ 30 UNIDADES	PACOTE	150	26,26	R\$ 3.939,00
43	FILME PARA RAIO X 24X30 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	113	196,61	R\$ 22.216,93
44	FILME PARA RAIO X 35X35 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	113	340,54	R\$ 38.481,02
45	FILME PARA RAIO X 35X43 CAIXAS COM 100 PELICULAS	CAIXA	113	407,73	R\$ 46.073,49
46	FRALDA GERIATRICA TAM G PACOTE COM NO MINIMO 8 FRALDAS	UNIDADE	375	14,51	R\$ 5.441,25
47	MALHA TUBULAR 15CMX 15M	UNIDADE	150	11,08	R\$ 1.662,00
48	KIT MASCARA D VENTURE INFANTIL	UNIDADE	75	31,13	R\$ 2.334,75

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	PAPEL GRAU CIRURGICO I BOBINA TAM	l		1	l .
49	200X50M	UNIDADE	120	137,15	R\$ 16.458,00
50	PAPEL GRAU CIRURGICO I BOBINA TAM 300X100M	UNIDADE	150	172,03	R\$ 25.804,50
51	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NUMERO 8	UNIDADE	6.000	0,65	R\$ 3.900,00
52	SONDA NASO CURTA NUMERO 08	UNIDADE	75	0,79	R\$ 59,25
53	SONDA NASO CURTA NUMERO 12	UNIDADE	75	0,62	R\$ 46,50
54	SONDA NASO CURTA NUMERO 14	UNIDADE	75	1,06	R\$ 79,50
55	SONDA NASO LONGA NUMERO 18	UNIDADE	75	1,60	R\$ 120,00
56	SONDA URETRAL NUMERO 6	UNIDADE	1.125	0,53	R\$ 596,25
57	SONDA URETRAL NUMERO 10	UNIDADE	5.250	0,53	R\$ 2.782,50
59	SONDA URETRAL NUMERO 14	UNIDADE	1.125	0,64	R\$ 720,00
60	SONDA URETRAL NUMERO 16	UNIDADE	75	0,99	R\$ 74,25
61	SONDA FOLLEY NUMERO 14 3VIAS C/10 UNIDADES	UNIDADE	225	2,74	R\$ 616,50
62	SONDA FOLLEY NUMERO 20 3VIAS C/10 UNIDADES	UNIDADE	225	2,60	R\$ 585,00
63	TUBO ENDOTRAQUEAL NUMERO 35 COM BALÃO	UNIDADE	60	4,37	R\$ 262,20
64	TOUCA DE SANFONADO COM ELÁSTICO PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	225	11,89	R\$ 2.675,25
65	TIRAS REAGENTES PARA ANALISE DE URINA CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	5.250	0,92	R\$ 4.830,00
66	BOLSA DE COLOSTOMIA C/ PLACA DE CARAIA	UNIDADE	90	16,48	R\$ 1.483,20
67	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UNIDADE	750	1,81	R\$ 1.357,50
68	RESSUSITADOR MANUAL TIPO AMBO BORRACHA I INFANTIL	UNIDADE	15	218,37	R\$ 3.275,55
69	RESSUSITADOR MANUAL TIPO AMBO BORRACHA I ADULTO	UNIDADE	15	219,06	R\$ 3.285,90
70	ATADURA GESADA RAPIDA TAM 20X3M	UNIDADE	1.500	2,82	R\$ 4.230,00
71	ALGODÃO ORTOPETICO NÃO ESTERIO	UNIDADE	300	11,28	R\$ 3.384,00
72	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	225	5,01	R\$ 1.127,25
73	ATADURA CREPOM 15CX4,5M 13 FIOS PACOTE CONTENDO 12 UNIDADES	PACOTE	938	8,76	R\$ 8.216,88

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

74	ALCOOL ETILICO A70% FRASCO 1000ML	FRASCO	2.250	6,06	R\$ 13.635,00
75	COMPRESSA DE GASE CIRURGICA 7.5X7.5 ESTERIO 11 FIOS PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	600.000	0,49	R\$ 294.000,00
76	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% FRASCO 1000ML	FRASCO	375	11,75	R\$ 4.406,25
77	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY FRASCO COM NO MINIMO 100ML	FRASCO	375	7,02	R\$ 2.632,50
78	GEL PARA MEIO DE CONTATO PARA TRANSMISSAO ULTRA SONICA FRASCO CONTENDO 1KG	FRASCO	525	6,46	R\$ 3.391,50
79	LAMINA PARA BISTURI №20. №23 OU №24	UNIDADE	7.125	0,28	R\$ 1.995,00
80	LUVA ESTERIO TAM 8,5	UNIDADE	750	1,51	R\$ 1.132,50
81	LUV A ESTERIO TAM 7,5	UNIDADE	3.750	1,30	R\$ 4.875,00
82	MÁSCARA PARA NEBOLIZAÇÃO INFANTIL CONJ NEBOLIZAÇÃO COMPOSTA POR MÁSCARA FACIAL TRAQUEA COM 1.50M COM PAREDE INTERNA LISA RERSEVATORIO COM CAPACIDADE 50 ML	UNIDADE	53	15,93	R\$ 844,29
83	MASCARA PARA NEBOLIZÇÃO ADULTO CONJ NEBOLIZAÇÃO COMPOSTA POR MÁSCARA FACIAL TRAQUEA COM 1.50M COM PAREDE INTERNA LISA RERSEVATÓRIO COM CAPACIDADE 50 ML	UNIDADE	53	17,97	R\$ 952,41
84	MÁSCARA DES DE TNT COM ELASTICO PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	188	12,72	R\$ 2.391,36
85	MASCARA DE PROTEÇAO N95 MODELO PFF2	UNIDADE	150	2,57	R\$ 385,50
86	SERINGA DES 3ML COM AGULHA 25X5.5 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	113	16,98	R\$ 1.918,74
87	SONDA FOLLEY N14	UNIDADE	375	2,99	R\$ 1.121,25
88	SONDA FOLLEY N16	UNIDADE	375	2,80	R\$ 1.050,00
89	SONDA FOLLEY N18	UNIDADE	375	2,74	R\$ 1.027,50
90	SONDA FOLLEY N20	UNIDADE	150	3,16	R\$ 474,00
91	SONDA FOLLEY N22	UNIDADE	150	3,03	R\$ 454,50
92	TERMÔMETRO CLINICO PRISMATICO COM ESTOJO	UNIDADE	150	7,48	R\$ 1.122,00
93	ESPARADRAPO MICROPOLIO 10CMX4.5M	UNIDADE	9.000	6,26	R\$ 56.340,00

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 - <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

94	KIT DE ESCOVAÇAO COMPOSTO ESCOVA INFANTIL E CREME DENTAL	UNIDADE	7.500		R\$ 54.975,00
	25MG		7.500	7,33	
95	POTES UNIVERSAIS CEM PALETAS PACOTE C/ 100	PACOTE	38	81,00	R\$ 3.078,00
96	MASCARA DE PORTEÇAO PFF EN95	UNIDADE	188	3,50	R\$ 658,00
97	AGULHA 25X8 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	113	8,17	R\$ 923,21
98	AGULHA 25.8 TIPO ROSQUEADA CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	113	11,21	R\$ 1.266,73
99	ALGODAO HIDROFILO PACOTE COM 1KG	PACOTE	75	17,51	R\$ 1.313,25
100	CATETER INTRAVENOSO N14 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	750	0,80	R\$ 600,00
101	CATETER INTRAVENOSO N16 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	750	0,79	R\$ 592,50
102	CATETER INTRAVENOSO N18 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	22.500	0,99	R\$ 22.275,00
103	CATETER INTRAVENOSO N22 ESTERIO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	15.000	1,29	R\$ 19.350,00
104	TUBO DE LATEX NÃO ESTERIO PARA OXIGENIO EMBALAGEM COM 15METROS	UNIDADE	53	64,34	R\$ 3.410,02
105	ATADURA GESADA RAPIDA TAM 15.3M	UNIDADE	1.125	2,52	R\$ 2.835,00
106	FIO DE SUTURA CAT GUT SIMPLES I TAM 0	UNIDADE	1.500	3,88	R\$ 5.820,00
107	FIO DE SUTURA CAT GUT SIMPLES I TAM 2.0	UNIDADE	1.500	3,40	R\$ 5.100,00
108	SERINGA DES 1ML INSULINA C/ AGULHA 13X4.5	UNIDADE	127.500	0,19	R\$ 24.225,00
109	MALHA TUBULAR 20CMX20M	UNIDADE	113	16,15	R\$ 1.824,95
110	SONDA FOLLEY N8 TRES VIAS	UNIDADE	2.250	4,39	R\$ 9.877,50
111	SONDA FOLLEY N12 TRES VIAS	UNIDADE	2.250	4,39	R\$ 9.877,50
	TIRAS REAGENTES PARA URINALISE		53		
112	PARA FORNECER TESTES DE CLIGOSE BILIRUBINA, CETONA( DE ACIDO ACETOACETICO) ESPECIFICAS GRAVIDADE. SANGUE OCULTO PH PROTEINA UROBILINOGENIO NITRITO LEUCOCITOS E ACIDO ASCORBICO NA URINA CAIXA COM 100 UNIDADES)	UNIDADE	0	0,54	R\$ 28,62

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000

Comissão Permanente de Licitação - CPL

### LOTE II – A

LOTE 2-A	ltem	Unidade	Qtd	Média Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CATETER NASAL TIPO OCULOS INFANTIL	UNIDADE	500	0,81	R\$ 405,00
2	CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO	UNIDADE	1.000	0,98	R\$ 980,00
3	ESCALPE TAM-21 CX 100 UN	CAIXA	13	32,92	R\$ 427,96
4	ESCALPE TAM-25 CX 100 UN	CAIXA	13	32,92	R\$ 427,96
5	COLETOR DE URINA COM SISTEMA C/ABERTO CAPACIDADE 2.000 ML	UNIDADE	375	3,64	R\$ 1.365,00
6	CLOREXIDINA GERMIAN 2% FRASCO 100 ML	UNIDADE	100	10,19	R\$ 1.019,00
7	COLAR CERVICAL TAM-P	UNIDADE	50	9,86	R\$ 493,00
8	COLAR CERVICAL TAM-M	UNIDADE	50	11,69	R\$ 584,50
9	COLAR CERVICAL TAM-G	UNIDADE	50	9,18	R\$ 459,00
10	FILME PARA RAIO X 18X24 CX C/100 PELICULAS	CAIXA	25	105,91	R\$ 2.647,75
11	FILME PARA RAIO X 30X40 CX C/100	CAIXA	25	241,43	R\$ 6.035,75
12	FIXADOR PARA RAIO X AGAF /AZUL GALAO CONTENDO NO MINIMO 38 LITROS	UNIDADE	6	196,30	R\$ 1.177,80
14	LUVA ESTERIL TAM 8.0	UNIDADE	2.500	1,50	R\$ 3.750,00
15	LUVA ESTERIL TAM 7.0	UNIDADE	5.000	1,32	R\$ 6.600,00
16	MONONYLON PRETO 2.0	UNIDADE	500	1,59	R\$ 795,00
17	MONONYLON PRETO 3.0	UNIDADE	500	2,13	R\$ 1.065,00
18	MONONYLON PRETO 4.0	UNIDADE	500	1,59	R\$ 795,00

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	REVELADOR P/RX				56
19	AGAF/AZUL GALAO COM NO MINIMO 38 LITROS	UNIDADE	13	441,01	R\$ 5.733,13
20	SONDA NASO CURTA Nº 16	UNIDADE	25	0,75	R\$ 18,75
21	SONDA NASO CURTA Nº 18	UNIDADE	25	0,99	R\$ 24,75
22	SONDA NASO LONGA Nº 12	UNIDADE	25	0,83	R\$ 20,75
23	SONDA NASO LONGA Nº 14	UNIDADE	25	0,95	R\$ 23,75
24	SONDA NASO LONGA Nº 16	UNIDADE	25	1,18	R\$ 29,50
25	SONDA RETAL № 10	UNIDADE	1.750	0,82	R\$ 1.435,00
26	SONDA RETAL Nº 12	UNIDADE	625	0,87	R\$ 543,75
27	SONDA URETRAL Nº 6	UNIDADE	1.250	0,57	R\$ 712,50
28	SONDA URETRAL Nº 12	UNIDADE	1.000	0,71	R\$ 710,00
29	TORNEIRA 3 VIAS	UNIDADE	125	0,97	R\$ 121,25
30	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 3.0	UNIDADE	8	5,96	R\$ 47,68
31	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 4.0	UNIDADE	13	5,53	R\$ 71,89
32	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 4.5	UNIDADE	13	5,96	R\$ 77,48
33	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 5.0	UNIDADE	13	5,48	R\$ 71,24
34	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 5.5	UNIDADE	13	6,57	R\$ 85,41
35	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 6.0	UNIDADE	13	7,71	R\$ 100,23
36	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 6.5	UNIDADE	13	7,05	R\$ 91,65
37	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 7.0	UNIDADE	13	8,29	R\$ 107,77
38	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 7.5	UNIDADE	13	8,29	R\$ 107,77
39	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 8.0	UNIDADE	13	8,10	R\$ 105,30
40	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO № 8.5	UNIDADE	13	6,13	R\$ 79,69

LOTE II – B



Comissão Permanente de Licitação - CPL

LOTE 2-B	Item	Unidade	Qtd	Média Valor Unit (R\$)	Val	or Total (R\$)
1	CATETER NASAL TIPO OCULOS INFANTIL	UNIDADE	1.500	0,81		R\$ 1.215,00
2	CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO	UNIDADE	3.000	0,98		R\$ 2.940,00
3	ESCALPE TAM-21 CX 100 UN	CAIXA	38	32,92		R\$ 1.250,96
4	ESCALPE TAM-25 CX 100 UN	CAIXA	38	32,92		R\$ 1.250,96
5	COLETOR DE URINA COM SISTEMA C/ABERTO CAPACIDADE 2.000 ML	UNIDADE	1.125	3,64		R\$ 4.095,00
6	CLOREXIDINA GERMIAN 2% FRASCO 100 ML	UNIDADE	300	10,19		R\$ 3.057,00
7	COLAR CERVICAL TAM-P	UNIDADE	150	9,86		R\$ 1.479,00
8	COLAR CERVICAL TAM-M	UNIDADE	150	11,69		R\$ 1.753,50
9	COLAR CERVICAL TAM-G	UNIDADE	150	9,18		R\$ 1.377,00
10	FILME PARA RAIO X 18X24 CX C/100 PELICULAS	CAIXA	75	105,91		R\$ 7.943,25
11	FILME PARA RAIO X 30X40 CX C/100	CAIXA	75	241,43	R\$	18.107,25
12	FIXADOR PARA RAIO X AGAF /AZUL GALAO CONTENDO NO MINIMO 38 LITROS	UNIDADE	19	196,30		R\$ 3.729,70
13	LUVA ESTERIL TAM 8.0	UNIDADE	7.500	1,50	R\$	11.250,00
14	LUVA ESTERIL TAM 7.0	UNIDADE	15.000	1,32	R\$	19.800,00
15	MONONYLON PRETO 2.0	UNIDADE	1.500	1,59		R\$ 2.385,00
16	MONONYLON PRETO 3.0	UNIDADE	1.500	2,13		R\$ 3.195,00
17	MONONYLON PRETO 4.0	UNIDADE	1.500	1,59		R\$ 2.385,00
18	REVELADOR P/RX AGAF/AZUL GALAO COM NO MINIMO 38 LITROS	UNIDADE	38	441,01	R\$	16.758,38
19	SONDA NASO CURTA № 16	UNIDADE	75	0,75	R\$	56,25
20	SONDA NASO CURTA № 18	UNIDADE	75	0,99	R\$	74,25
21	SONDA NASO LONGA № 12	UNIDADE	75	0,83	R\$	62,25
22	SONDA NASO LONGA № 14	UNIDADE	75		R\$	71,25

Rua João Batista, 80 - Centro - Surubim / PE - CEP: 55.750-000



Comissão Permanente de Licitação - CPL

				0,95	
23	SONDA NASO LONGA № 16	UNIDADE	75	1,18	R\$ 88,50
24	SONDA RETAL Nº 10	UNIDADE	5.250	0,82	R\$ 4.305,00
25	SONDA RETAL № 12	UNIDADE	1.875	0,87	R\$ 1.631,25
26	SONDA URETRAL Nº 6	UNIDADE	3.750	0,57	R\$ 2.137,50
27	SONDA URETRAL Nº 12	UNIDADE	3.000	0,71	R\$ 2.130,00
28	TORNEIRA 3 VIAS	UNIDADE	375	0,97	R\$ 363,75
29	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 3.0	UNIDADE	23	5,96	R\$ 137,08
30	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 4.0	UNIDADE	38	5,53	R\$ 210,14
31	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 4.5	UNIDADE	38	5,96	R\$ 226,48
32	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 5.0	UNIDADE	38	5,48	R\$ 208,24
33	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 5.5	UNIDADE	38	6,57	R\$ 249,66
34	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 6.0	UNIDADE	38	7,71	R\$ 292,48
35	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 6.5	UNIDADE	38	7,05	R\$ 292,98
36	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 7.0	UNIDADE	38	8,29	R\$ 315,02
37	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 7.5	UNIDADE	38	8,29	R\$ 315,02
38	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 8.0	UNIDADE	38	8,10	R\$ 307,80
39	TUBO ENDOTRAQUEAL C/BALAO Nº 8.5	UNIDADE	38	6,13	R\$ 232.94

Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### **ANEXO II**

### **MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SURUBIM,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E, DO OUTRO LADO, A
EMPRESA, EM DECORRENCIA DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO
NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº
015/2017, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21.06.1993 E DEMAIS ALTERAÇÕES.
Por este instrumento de Contrato, o <b>MUNICÍPIO DE SURUBIM</b> , pessoa jurídica de direito
público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.361.862/0001-66, com sede na Rua João
Batista, n.º 80, Centro, nesta cidade, através da Secretaria de Administração, com sede na
Rua João Batista, n.º 80, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo seu titular, o Sr.
Arquimedes Franklin de Lima Neto, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.964.043 SSP/PE e
do CPF $N^{\circ}$ 033.801.354-70, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela chefia do
Executivo, pelas normas gerais de que trata a Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, além dos
Decretos Municipais nº 13 e 14/2017 e demais normas atinentes à matéria, daqui por diante
designada simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa,

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>

Comissão Permanente de Licitação - CPL

inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua,
representada neste ato pelo Sr (qualificar), doravante designada
simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente
CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e
estabelecem, tudo de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL Nº/2017, PROCESSO
LICITATÓRIO Nº/2017, devidamente homologado pela autoridade superior, em
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Este registro de preços tem como objeto a aquisição de material penso para atender as
demandas do Poder Executivo do Município de Surubim
·
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO
·
São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo ao
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2017,e todos os seus
anexos.
a. (a
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até
/, em observância aos créditos orçamentários, nos termos do art. 57, caput da
Lei nº 8.666/93, podendo ser estendido para o exercício financeiro subsequente apenas para
complementação do prazo de vigência.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato oriundo dessa licitação terá vigência de 60 (sessenta) dias, dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser estendido para o exercício financeiro subsequente apenas para complementação do prazo de vigência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No exercício seguinte, as despesas correrão a conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO
<b>PARÁGRAFO PRIMEIRO:</b> A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ ().
<b>PARÁGRAFO SEGUNDO</b> : Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.
COTA (PRINCIPAL OU RESERVADA)

Lote	ltem	Qtd	Unidade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)

### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidades, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** O pagamento dos produtos adquiridos será feito ao fornecedor, diretamente pelo órgão aderente, à vista do seu efetivo fornecimento e mediante a apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente do promotor da compra, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de entrega do material;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento se a licitante vencedora permanecer com todas as condições de habilitação válidas;

**PARÁGRAFO QUARTO:** O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida;

PARÁGRAFO QUINTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo ÓRGÃO entre a data referida no PARÁGRAFO SEGUNDO e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

### CLÁUSULA SEXTA -DO REAJUSTE CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas em lei e nas normas aplicáveis, devem também ser respeitadas:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas neste documento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Indicar a marca do produto a ser fornecida e cumprir as obrigações de fornecimento da mesma marca, ou de marca superior, a critério e análise da Administração, por todo o período da vigência da Ata;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora com a Contratante. Se a Contratada for efetivar a entrega através de transportadora, deverá intermediar a exigência entre a empresa terceirizada e a Contratante;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste documento de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do Inmetro, nome do químico responsável, no de telefone para atendimento ao consumidor, informações sobre aplicação, uso, composição, alertas, atendimento a normas da ABNT etc.).

**PARÁGRAFO OITAVO:** Entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste documento e nos termos das contratações levadas a efeito, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da autorização de fornecimento.

**PARÁGRAFO NONO:** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto da Ata.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas neste documento e no Edital da licitação e, à Contratada que deixar de entregar os bens ou entregá-los fora das especificações, deverão ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, além de arcar com todo o ônus proveniente do envio e devolução do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Repor, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, o fornecimento que não atender ao especificado, procedendo à substituição de toda ou parte da remessa que tenha sofrido qualquer alteração, detectada em até 05 (cinco) dias da entrega, por proximidade a produtos químicos, insetos ou qualquer outro elemento estranho que venha a prejudicar o conteúdo da embalagem.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Emitir relatórios gerenciais à Secretaria de Administração, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preço, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério da SAD;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** O relatório gerencial deverá está acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato XLS contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preço, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, as quais serão observadas mensalmente, quando dos pagamentos à Contratada;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Manter funcionário responsável perante o Município com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições constantes no Termo de Referência e no Edital.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste documento, obrigando-se, ainda, a:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Comunicar à Detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Atestar a qualidade e quantidade do material fornecido pela empresa Detentora da Ata, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações e marcas registradas em Ata e com as quantidades solicitadas na autorização de fornecimento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Competirá ao servidor designado pelo órgão aderente acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Surubim, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

#### Elementos de despesa:

Nº 3.3.90.30.00 Material de Consumo Nº 3.3.90.32.00 Material de Distribuição Gratuita

#### Fontes:

Nº 300 – Recurso Trans. Pelo SUS Nº 310 – Impostos e Transferências Saúde



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta desta Secretaria, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- Apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. Falhar na execução do contrato;
- IV. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- V. Comportar-se de modo inidôneo;
- VI. Não mantiver a proposta;
- VII. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- VIII. Cometer fraude fiscal;
  - IX. Fizer declaração falsa.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para condutas descritas nos incisos I, IV, V, VI, VII; VIII e IX do parágrafo anterior, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

a. A licitante que não mantiver a proposta, recusando-se a ajustar o preço referente às cotas principal/reservada, nos termos da legislação vigente, será penalizada com multa, no percentual de 01% a 05% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa para a cota respectiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência.

b. A licitante que não mantiver a proposta, reincidindo na recusa em ajustar os preços ofertados para a cota reservada e a cota principal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O retardamento da execução previsto no inciso II do parágrafo primeiro, estará configurado quando a CONTRATADA:

a. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento.

b. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o inciso III do parágrafo primeiro, o valor relativo às multas aplicadas em razão do parágrafo sétimo desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A falha na execução do contrato prevista no inciso III do parágrafo primeiro estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das



Comissão Permanente de Licitação - CPL

situações previstas na tabela 3 do parágrafo sétimo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU	DA	PONTOS	DA
INFRAÇÃO		INFRAÇÃO	
1		2	
2		3	
3		4	
4		5	
5		8	
6		10	

**PARÁGRAFO SEXTO** - O comportamento previsto no parágrafo quinto estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	obrigação
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação

#### Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência



Comissão Permanente de Licitação - CPL

5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.		Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.		Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

#### PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>

Comissão Permanente de Licitação - CPL

PARÁGRAFO OITAVO - A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente

com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no parágrafo primeiro desta

cláusula.

PARÁGRAFO NONO - As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07

(sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma

infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da

rescisão contratual;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nenhuma penalidade será aplicada sem o Devido Processo

Administrativo;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A critério da autoridade competente, o valor da multa

poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da

execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a

forma de caução em dinheiro;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente

para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente

exigida;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso a faculdade prevista no parágrafo décimo primeiro

não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para

satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos

ao contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Após esgotados os meios de execução direta da sanção

de multa indicados nos parágrafo décimo segundo e parágrafo décimo terceiro acima, o



Comissão Permanente de Licitação - CPL

contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Decorrrido o prazo previsto no parágrafo décimo quarto, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUCESSÃO

O presente instrumento obriga as partes contratantes e os seus sucessores, que, na falta delas, assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório e pelas regras no edital do PREGÃO PRESENCIAL N° \_\_\_/2017, PROCESSO LICITATÓRIO N° \_\_\_/2017, na Proposta de Preços, e, nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A presente contratação se dará através do regime de execução indireta.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da respectiva emissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**: Nas situações em que não for definida a cor na descrição do item a ser solicitado, caberá ao Contratante informá-la quando da solicitação/autorização de fornecimento formal;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Empresa Contratada deverá providenciar a entrega dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidades participantes deste registro de preço.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os Órgãos/Entidades participantes deste registro de preço que possuírem unidades em outras regiões, fora do Município de Surubim, deverão providenciar a logística para o atendimendo do fins contratuais.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO QUINTO:** Quando no ato da entrega ocorrer do produto apresentar datas de validade e lotes diferentes, estes deverão vir acondicionados separadamente.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:

**Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações requisitadas;

**Definitivamente**, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:

- Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
- Restar prazo de validade mínimo, a vencer, de 40% (quarenta por cento) do tempo total da validade do objeto no momento da entrega.
- Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.)

**PARÁGRAFO NONO:** Fica assegurado aos órgãos participantes do Registro de Preços o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a Contratante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Será considerada recusa formal a não substituição do material, após 05 (cinco) dias úteis da sua rejeição ou devolução.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Serão recusados os materiais que não satisfaçam às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O fornecedor se compromete a repor todos os vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A Contratada deverá fornecer os itens, pelos preços registrados na Ata de Registro de Preços, durante o prazo de sua vigência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo do material entregue.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGISTRO

Este instrumento contratual, após obedecer às formalidades legais, deverá ser registrado no Livro de Registro de Contratos da Entidade.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Conforme disposições legais vigentes, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial do Município na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o foro da

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Comarca de Surubim, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

	Surubim, de	de 2017.
CONTRATANTE:		_
CONTRATADA:		_
TESTEMUNHAS:	1,	
	2.	

#### **ANEXO III**

#### **MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_/2017



Comissão Permanente de Licitação - CPL

Lote	ltem	Qtd	Unidade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_/2017

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP ou MEI

Ao MUNICÍPIO DE SURUBIM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_/2017

Comissão Permanente de Licitação - CPL

## PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_/2017

A empresa inscrita no CNPJ sob o
n°, domiciliada na Rua, DECLARA, sob
as penas da lei, para fins do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, que:
a) se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
b) a receita bruta anual não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do art. 3º e no §1º (MEI) do art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
c) não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º e §4º do art. 18-A da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Surubim, de de 2017.
Assinatura, nome e número do CPF do declarante
PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2017
ANEXO V
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
A empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, por intermédio do seu
representante legal, Sr(a), portador(a) da carteira de identidade nº,
expedida pelo, DECLARA para os devidos fins, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do certame licitatório, PROCESSO LICITATÓRIO

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>

Comissão Permanente de Licitação - CPL

N°/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N°/2017.
Local e data.
Nome e assinatura do representante legal.
Surubim, de de 2017.

Assinatura, nome e número de identidade do declarante

#### **ANEXO VII**

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE SURUBIM**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.361.862/0001-66, com sede na Rua João Batista, n.º80, Centro, nesta cidade, neste ato representado legalmente por sua Prefeita, **Ana Célia Cabral de Farias**, brasileira, casada, inscrito no RG sob o nº 1.657.754 SSP/PE e CPF sob o nº 268.264.454-68, residente e domiciliada no Município, através de sua **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representada por seu Secretário, o Sr. **Arquimedes Franklin de Lima Neto**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.964.043 SSP/PE e do CPF nº 033.801.354-70, nos termos do

Comissão Permanente de Licitação - CPL

nº lote/  os ra	dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no Pregão Presencial, resolve REGISTRAR OS PREÇOS ofertados pela empresa vencedora do certame,, com sede na Rua, com sede na Rua, aqui representada por(qualificação). Declarando desde já que etifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da ATA, consoante às seguintes sulas e condições:
1. D	OO OBJETO
1.1.	Esta Ata de Registro de Preços corporativo tem como objeto a aquisição de material penso para atender as demandas do Poder Executivo do Município de Surubim.
1.2.	Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços Corporativa com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Municipal nº 14/2017, uma vez que, com a publicação desse diploma normativo mencionado, documentos licitatórios dessa natureza passaram a integrar o rol de produtos entregues pela Secretaria de Administração.
1.3.	A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.
2. D	OO PREÇO E REVISÃO
2.1.	O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) item(ns) de acordo com os seguintes preços:

Lote	ltem	Qtd	Unidade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>



Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.2.	O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é
	considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária,
	previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente
	possam incidir sobre o produto;

- 2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado no Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_\_, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;
- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
  - 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
  - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Diante da nova sistemática adotada pelo Decreto Municipal nº 14/2017, não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual Contratante;
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo, no máximo, repasse do percentual determinado, no Decreto Municipal nº 14/2017;
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

#### 3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Surubim;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do produto a ser fornecido, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

#### 4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº 14/2017;
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

# 5. DA CONVOCAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇO

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, conforme o disposto no artigo 20, inciso II, do Decreto Municipal nº 14/2017, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;
- 5.3. A contratação será precedida da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

#### 6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e subsequentes alterações, e nesta Ata; no entanto, tratando-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitações e Contratos;
  - 6.2.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- 6.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos neste registro de preços, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 6.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do registro de preços ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, obsevados os artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 14/2017, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

#### 7. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTOS



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 7.1. A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da respectiva emissão;
- 7.2. A Empresa Contratada deverá providenciar a entrega dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidades participantes deste registro de preços;
- 7.3. O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:
  - 7.3.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações requisitadas;
  - 7.3.2. **Definitivamente**, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;
- 7.4. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 7.5. Quando as características básicas e/ou qualidade do produto não corresponderem às exigências contratadas, a remessa poderá ser devolvida, a critério do setor de competente do órgão Contratante, e mediante parecer técnico fundamentado, sendo a Contratada notificada para substituição, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem qualquer ônus para o Contratante, independentemente da aplicação das penalidades;
- 7.6. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:
  - 7.6.1. Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
  - 7.6.2. Restar prazo de validade mínimo, a vencer, de 40% (quarenta por cento) do tempo total da validade do objeto no momento da entrega;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 7.6.3. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);
- 7.7. Fica assegurado aos órgãos participantes do Registro de Preços o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a Contratante;
- 7.8. Será considerada recusa formal a não substituição do material, após 05 (cinco) dias úteis da sua rejeição ou devolução;
- 7.9. Serão recusados os materiais que não satisfaçam às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados;
- 7.10. O fornecedor se compromete a repor o objeto que apresentar vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços;
- 7.11. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 7.12. Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e Termo de Referência;
- 7.13. A Contratada deverá fornecer os itens, pelos preços registrados na Ata de Registro de Preços, durante o prazo de sua vigência;
- 7.14. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo do material entregue.

## 8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante e, também, pela Secretaria de Administração, devendo a Detentora da Ata



Comissão Permanente de Licitação - CPL

fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

- 8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- 8.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão Contratante;
- 8.4. A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria de Administração, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. À Secretaria de Administração, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:
  - 9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
  - 9.1.2. Providenciar a publicação inicial e trimestral do extrato da Ata de Registro de Preços;
  - 9.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
  - 9.1.4. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
  - 9.1.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preço;
  - 9.1.6. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preço.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

- 10.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste registro de preços, obrigando-se, ainda, a:
  - 10.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;
  - 10.1.2. Comunicar à detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
  - 10.1.3. Atestar a qualidade e quantidade do material fornecido pela empresa Detentora da Ata, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações e marcas registradas em Ata e com as quantidades solicitadas na autorização de fornecimento;
  - 10.1.4. Competirá ao servidor designado pelo órgão aderente acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
  - 10.1.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

- 11.1. Além das obrigações previstas em lei e nas normas aplicáveis, devem também ser respeitadas:
  - 11.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;
  - 11.1.2. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;
  - 11.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 11.1.4. Indicar a marca do produto a ser fornecida e cumprir as obrigações de fornecimento da mesma marca, ou de marca de qualidade superior, a critério e análise da Administração, por todo o período da vigência da Ata;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 11.1.5. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 11.1.6. Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora com a Contratante. Se a Contratada for efetivar a entrega através de transportadora, deverá intermediar a exigência entre a empresa terceirizada e a Contratante;
- 11.1.7. Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste documento de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do Inmetro, nome do químico responsável, nº de telefone para atendimento ao consumidor, informações sobre aplicação, uso, composição, alertas, atendimento a normas da ABNT etc.);
- 11.1.8. Entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste registro de preços e nos termos das contratações levadas a efeito, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da autorização de fornecimento;
- 11.1.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto da Ata;
- 11.1.10. Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 11.1.11. O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas no Termo de Referência e no Edital da licitação e, à Contratada que deixar de entregar os bens ou entregá-los fora das especificações, deverão ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, além de arcar com todo o ônus proveniente do envio e devolução do objeto;
- 11.1.12. Repor, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 11.1.13. Substituir, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, o fornecimento que não atender ao especificado, procedendo à substituição de toda ou parte da remessa que tenha sofrido qualquer alteração, detectada em até 05 (cinco) dias da entrega, por proximidade a produtos químicos, insetos ou qualquer outro elemento estranho que venha a prejudicar o conteúdo da embalagem;
- 11.1.14. Emitir relatórios gerenciais à Secretaria de Administração, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preço, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério da SAD;
- 11.1.15. O relatório gerencial deverá está acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato ".XLS" contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;
- 11.1.16. Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preço, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à Contratada;
- 11.1.17. Manter funcionário responsável perante o Município com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;
- 11.1.18. Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;
- 11.1.19. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições do Termo de Referência.

#### 12. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos materiais adquiridos será feito ao fornecedor, diretamente pelo órgão aderente, à vista do seu efetivo fornecimento e mediante a apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente do promotor da compra, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de entrega do material;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 12.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a mesma utilizada para o eventual reajuste do contrato.
- 12.3. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;
- 12.4. O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida;
- 12.5. O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

#### 13. DAS PENALIDADES

- 13.1. Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Surubim, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
  - 13.1.1. Apresentar documentação falsa;
  - 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 13.1.3. Falhar na execução do contrato;
  - 13.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
  - 13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 13.1.6. Não mantiver a proposta;
  - 13.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
  - 13.1.8. Cometer fraude fiscal;
  - 13.1.9. Fizer declaração falsa.



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 13.2. Para condutas descritas nos subitens 13.1.1, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7; 13.1.8 e 13.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 13.3. O retardamento da execução previsto no subitem 13.1.2, estará configurado quando a Contratada:
  - 13.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
  - 13.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 13.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 13.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 13.7.
- 13.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 13.1.3 estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 13.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 - cpl.surubim@outlook.com



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 13.6. O comportamento previsto no subitem 13.1.5 estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 13.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

#### **TABELA 02**

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.

#### **TABELA 03**

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar	2	Por ocorrência



Comissão Permanente de Licitação - CPL

	recomposição complementar.		
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

#### **PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000 Fone/fax: (81) 3634-3246 – <a href="mailto:cpl.surubim@outlook.com">cpl.surubim@outlook.com</a>

Comissão Permanente de Licitação - CPL

12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.		Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 13.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 13.1 desta cláusula.
- 13.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 13.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo;
- 13.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;
- 13.12. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;
- 13.13. Caso a faculdade prevista no item 13.11 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;
- 13.14. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 13.12 e 13.13 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;
- 13.15. Decorrido o prazo previsto no item 13.14, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;



Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 13.16. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;
- 13.17. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da Contratada, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos termos do artigo 20 do Decreto Municipal nº 42.530/2015, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 15. DA SUCESSÃO

15.1. O presente Registro de Preço obriga as partes Contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão para Registros de Preços nº\_\_\_\_\_\_ e nos termos da Legislação pertinente;
- 16.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

## 17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### **18. DO FORO**

18.1.	. Fica eleito o I	Foro da Comar	ca de Surubin	n para discu	ssões de litíg	gios decorrente	es do
	objeto desta e	especificação, c	om renúncia d	de qualquer	outro, por m	ais privilegiado	o que
	se configure.						

Surubim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE SURUBIM CNPJ: 11.361.862/0001-66 CONTRATANTE

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**CGC/MF n°
CONTRATADA

Rua João Batista, 80 – Centro – Surubim / PE – CEP: 55.750-000

Fone/fax: (81) 3634-3246 – cpl.surubim@outlook.com

106/106